UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE MONITORIA
ESCOLA DE DIREITO

EDITAL Nº 001/2025.2 – UEA/ED

Fixa as normas do Processo de Seleção Classificatória 2025/2 para preenchimento das vagas de Monitoria remunerada e não remunerada do Programa de Monitoria da Escola de Direito, da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução Nº. 037 /2023 - CONSUNIV.

A Coordenação do Programa de Monitoria da Escola de Direito, de acordo a ***Resolução Nº. 037/2023 - CONSUNIV*** torna público, para conhecimento dos interessados o que segue:

APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por finalidade proporcionar experiência aos discentes do curso de graduação nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior. Neste sentido, a monitoria é uma proposta de ações experimentais que irá contribuir de forma relevante para a melhoria da formação dos discentes em trajetória acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, preconiza, em seu artigo 84, que: "**os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos".** Visando a melhoria na qualidade do aprendizado dos discentes, o Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos dos cursos de graduação, oportunidades de desenvolverem experiências nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior.

1. DA IDENTIFICAÇÃO:

Quanto aos tipos de monitoria, destacam-se duas modalidades:

1.1 MONITORIA VOLUNTÁRIA

Com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA, bem como nenhum recebimento de bolsa remunerada (conforme Resolução nº. 037/2023- CONSUNIV/UEA).

1.2 MONITORIA REMUNERADA:

Com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas. Tendo em vista os limites e a capacidade financeira da UEA no planejamento orçamentário de 2025/2, os monitores receberão bolsa de **R$ 600,00** (seiscentos reais) na ocasião deste edital, serão 04 (quatro), mediante ao tempo desta monitoria, desde que sua frequência tenha sido lançada no SISPROJ NOVO bem como sua comprovação de frequência (formulário de frequência manual) tenha sido anexado entre o dia 30 e 05 do mês subsequente. A monitoria remunerada também não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA.

O aluno poderá exercer a monitoria por, no máximo, 02 (dois) anos, consecutivos ou não, numa mesma disciplina ou em disciplinas diferentes.

1.3 DISCIPLINAS VINCULADAS AO PROGRAMA DE MONITORIA:

- **GRADE 2023**

Ética Profissional, Introdução ao Estudo do Direito II, Direito Constitucional I, Direito Civil I, Direito Internacional Público, Psicologia Geral e Jurídica, Direito Administrativo I, Direito Constitucional III, Direito Civil III, Direito Penal II, Direito Processual Civil I, Direito Civil V, Prática Jurídica Simulada, Direito Administrativo III, Direito do Trabalho I, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal II, Direito Penal IV e Bioética

- **GRADE 2015**

Direito Civil VI, Direito Empresarial II, Direito do Consumidor, Direito Tributário II, Direito Processual do Trabalho, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Processual Constitucional e Direito Ambiental II.

2 DAS ATIVIDADES EXERCIDAS

As atividades exercidas, tanto pelo aluno monitor quanto pelo professor orientador deverão ser cumpridas conforme Resolução nº. 037/2023- CONSUNIV/UEA.

2.1 SÃO ATIVIDADES DO ALUNO MONITOR:

I – Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático, em exercícios de classe e no laboratório;

II – Auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em relação ao conteúdo da disciplina e à prática de laboratório;

III – Fazer revisão de texto, elaborar resenhas bibliográficas e realizar outras tarefas que propiciem o seu aprofundamento na disciplina;

IV – Assistir aulas teóricas das disciplinas, de acordo com o Plano de Orientação do Aluno;

V – Registrar mensalmente as atividades desenvolvidas**,** formulário manual de frequência (disponível no site da UEA), para ser entregue ao professor- orientador para ser anexado no SISPROJ novo;

VI – Ao término do período letivo, fazer e entregar o Relatório de Atividades do aluno-monitor (disponível no site da UEA), ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo juntamente com a Avaliação Semestral pelo professor-orientador.

VII - Participar das convocações (reuniões e eventos) organizados pela coordenação geral e local de monitoria acadêmica.

Parágrafo primeiro. Fica vedado ao Aluno-Monitor o exercício da docência e de qualquer atividade administrativa, sob pena da perda da bolsa. O aluno deverá, obrigatoriamente, dispor de tempo fora do seu horário de aula ou atividades de estágio para exercer a monitoria. O horário do aluno disponível para a monitoria deve contemplar o horário da disciplina pleiteada, caso contrário o mesmo pode ser dispensado pelo professor-orientador mesmo que este tenha sido aprovado na seleção. Adicionalmente também será excluído do programa o aluno que, estiver fazendo monitoria no mesmo horário que deveria estar em sala de aula.

Parágrafo segundo. O exercício da monitoria não poderá realizar-se em disciplina em que o aluno estiver matriculado ou que ainda não tenha cursado com aprovação.

2.2 São atribuições do Professor-Orientador:

I – Aplicar prova de seleção presencialmente;

II – Orientar o Aluno-Monitor em suas atividades;

III – Avaliar seu desempenho;

IV – Fazer o cadastro da disciplina e dos monitores no SISPROJ novo;

V – Elaborar o Plano de Orientação e anexar no SISPROJ novo;

VI – **Lançar a frequência mensal on-line** do aluno-monitor e **anexar formulário de frequência manual** do aluno-monitor, tal **lançamento ocorrerá todo dia 30 e poderá ocorrer até o dia 05 do mês subsequente**, não sendo permitida a inserção de meses adiantados.

VII – Anexar em PDF, ao final da monitoria, o Relatório Semestral do Aluno-Monitor e Avaliação Semestral do Aluno-Monitor pelo Professor-Orientador no SISPROJ novo (documentos disponíveis no site da UEA no link https://prograd.uea.edu.br/monitoria/ e no drive da Coordenação Local de Monitoria da ED).

Parágrafo Único: É obrigatório o lançamento do Relatório Semestral, a Avaliação Semestral e a Frequência Mensal do aluno-monitor no SISPROJ (Sistema de Projetos da UEA) pelo Professor-Orientador.

3 DAS VAGAS:

Cada aluno poderá concorrer a apenas uma disciplina, irrevogável quando deferida lista de inscritos, e consequentemente a apenas uma vaga de monitor, cuja vigência será de 1 (um) semestre letivo. Não será permitido remanejo de aluno aprovado, porém não classificado, para disciplina diferente da qual efetuou inscrição.

Conforme total de bolsas disponíveis para a unidade acadêmica, 30 (trinta) bolsas; esta será contemplada pelo candidato que obtiver a primeira colocação no processo seletivo da respectiva disciplina, porém, podendo NÃO se efetivar conforme parágrafo segundo do item 2, subitem 2.1. As demais vagas são para monitoria voluntária e não remunerada, e estão descritas no ANEXO II.

4 REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 Poderão candidatar-se às vagas do Programa de Monitoria Universitária, o aluno que**:**

I. Tenha cursado, **COM APROVAÇÃO**, no mínimo 1 (um) período letivo;

II. Tenha sido aprovado no componente curricular, objeto da monitoria, ou em componente curricular ou conjunto de componentes curriculares considerados pela Coordenação do Curso como correlatos, em que tenha obtido, em qualquer uma das hipóteses, média igual ou superior a 7,0 (sete);

III. Comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando a devida declaração;

IV. Se inscrever em apenas 1 (uma) disciplina no processo de seleção regular e havendo um processo remanescente regular, o mesmo não poderá efetua uma nova inscrição;

V. É vedada a participação de alunos desistentes de edições anteriores do Programa de Monitoria;

VI. Fica vedada no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria **matriculado no primeiro e no último período letivo de curso**, considerando as especificidades;

VII. **Exercício da monitoria não poderá realizar-se em componente curricular em que o aluno estiver matriculado ou que ainda não tenha cursado com aprovação.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será aceito a inscrição do aluno que consta APROVADO na disciplina que concorre, ou seja, no ato da inscrição para a monitoria 2025/2, o aluno já deverá constar como aprovado na disciplina que deseja concorrer, não se admitindo a aprovação durante a vigência do Edital 001-2025/2.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se for observado que o aluno não estava aprovado na disciplina, no ato da inscrição, tentando burlar as regras, será automaticamente desclassificado.

4.2 É vedada a participação de alunos **FINALISTAS** do Curso de Direito (10º período).

4.3 As inscrições dar-se-ão da seguinte forma:

a. Preenchimento de formulário específico disponível no https://forms.gle/CrenCtwP7ZxBvSSh7 para acessar o referido formulário, o aluno deverá fazer login no Gmail com o seu e-mail institucional, a saber: iniciais.curso@uea.edu.br. **O formulário estará disponível até às 23h59 do dia 15 de maio de 2025.**

Ao finalizar a inscrição on-line, caso não chegue ao seu e-mail a confirmação da inscrição e a cópia da resposta, favor comparecer na coordenação do programa até no máximo a data do fim da inscrição.

b. Anexar os documentos comprobatórios solicitados no Formulário de Inscrição
Documento de identificação (RG ou CNH);
Histórico acadêmico legível atualizado, constando data de emissão (ano 2025)**.**

c. A inscrição será efetivada somente mediante a realização dos itens a) e b).

Parágrafo único: O candidato que não souber seu e-mail institucional e senha deverá procurar o CTIC da unidade para saber como acessá-lo. O não cumprimento de um destes itens **indeferirá a inscrição** do candidato e em casos de documentação como o histórico escolar e afins o candidato deverá procurar a Secretaria Acadêmica da Unidade.

Fica **VEDADA** a acumulação de bolsas disponibilizadas pela Universidade do Estado do Amazonas. Exemplo: o discente que recebe bolsa Tutoria NÃO poderá receber bolsa Monitoria.

É obrigatório que o Aluno-Monitor exerça suas atividades de monitor no contraturno à sua matrícula institucional, ou seja, se o aluno está matriculado no turno vespertino, deverá ser monitor no turno noturno, para evitar o conflito de horários e atribuições. A Coordenação de Monitoria não se responsabilizará por conflito de horários.

5 DO RESULTADO PARCIAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

O resultado parcial das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado no portal da UEA (https://selecao2.uea.edu.br/?dest=lista&area=6), no mural em frente a Coordenação ED de Monitoria, no prédio administrativo na data que consta no ANEXO I – CRONOGRAMA.

6 INSTÂNCIAS DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

O recurso após resultado das inscrições deferidas e indeferidas, deverá ser enviado via e-mail do programa de monitoria: **monitoria_ed@uea.edu.br** justificando e comprovando a instância do recurso, devendo versar, estritamente, sobre o pedido até 24h após a divulgação do resultado parcial das inscrições.

7 DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O resultado final das inscrições deferidas do Programa de Monitoria será divulgado no portal da UEA (https://selecao2.uea.edu.br/?dest=lista&area=6), no mural em frente a Coordenação ED de Monitoria, no prédio administrativo na data que consta no ANEXO I – CRONOGRAMA.

8 DAS PROVAS

O processo seletivo compreenderá em uma prova objetiva de múltipla escolha ou discursiva sobre o conteúdo da disciplina no qual o aluno se candidatou.

As provas serão realizadas no dia **26/05/2025 às 15h00** no **auditório da Escola de Direito.**

A duração da prova será de no mínimo de 1h40, podendo ser estendida até 2horas**. O tempo de tolerância será de 20 minutos.**

9 DO RESULTADO PARCIAL DAS PROVAS

O resultado parcial da Seleção de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: site da UEA, Coordenação do Curso e Secretaria Acadêmica da Unidade.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0.

Em caso de empate terá preferência o candidato que:

I. Tiver maior nota na disciplina objetiva da monitoria;

II. Apresentar maior coeficiente de rendimento;

10 INSTÂNCIAS DE RECURSO DA PROVA

O recurso relacionado às questões da prova deverá ser enviado via e-mail do programa de monitoria: monitoria_ed@uea.edu.br justificando e comprovando a instância do recurso, devendo versar, estritamente, sobre questões do mérito até o dia 30/05/2025 às 23h59.

O período para a análise do recurso será do dia 30/05/2025 a 03/06/2025.

11 DO RESULTADO FINAL DAS PROVAS

Após análise dos recursos, a **CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos será divulgada no dia 04/06/2025 a partir das 18h00.**

12 DA ADESÃO AO PROGRAMA

O aluno aprovado e classificado na seleção de monitoria será cadastrado no SISPROJ em data prevista, no entanto, **caso o aluno não disponha de tempo congruente ao horário da disciplina** para o exercício da monitoria, não terão sua efetivação no programa, ou seja, serão removidos do SISPROJ pela Coordenação Geral de Monitoria, **sem penalidades para participar da próxima seleção deste programa**.

Os candidatos **CLASSIFICADOS** para o Programa de Monitoria deverão enviar ao seu respectivo professor-orientador os documentos descritos abaixo para a inserção no SISPROJ novo **até o dia 15/07/2025.**

- **Bolsistas**

I. Comprovante de conta corrente (Banco Bradesco, Next, NuBank, Inter, Iti, Original, Neon e afins) em nome do bolsista, mostrando conta e agência. Aceitamos: extrato atualizado, contrato de abertura de conta e cópia do cartão. (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
II. Cópia da Carteira de Identidade e CPF (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
III. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
IV. Plano de Orientação do Aluno-monitor e professor-orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
V. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no Google Drive, SISPROJ NOVO e site da UEA);
VI. Declaração de servir à Monitoria nas horas semanais;
VII. Declaração de não acumulação de bolsa pelo aluno-monitor do programa de monitoria remunerada da UEA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link: https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

- **Voluntários**

I. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
II. Plano de Orientação do Aluno-monitor e Professor-Orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
III. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no Google Drive, SISPROJ NOVO e site da UEA).
IV. Declaração de servi à Monitoria nas horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link: https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Programa de Monitoria 2025/2 **inicia-se oficialmente no dia 04 de agosto de 2025 e encerra-se no dia 09 de dezembro de 2025**.

Ao término de cada período letivo, o orientador da disciplina deverá anexar no SISPROJ NOVO o Relatório Semestral (preenchido pelo aluno-monitor) e a Avaliação Final (preenchido pelo orientador da disciplina). **O descumprimento deste item impedirá o aluno de disputar nova monitoria e de receber seu certificado.**

Será obrigatória a participação dos alunos (bolsista e voluntários) em exercício da monitoria a participarem de todas as convocações realizadas pela coordenação local e geral para reuniões e eventos da monitoria.

O aluno- monitor fará jus o certificado por meio de solicitação à coordenação geral no e-mail: **monitoria@uea.edu.br** se tiver a frequência mínima de 75% da carga horária total destinada à monitoria, relatórios mensais de atividade e avaliação final favorável do orientador da disciplina, diante do trabalho, das ações, e do cumprimento das normas deste edital por parte do aluno-monitor durante o exercício da monitoria.

O aluno-monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do Programa de Monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Os casos omissos ou situações não previstas em edital serão resolvidos pela Coordenação de Monitoria e PROGRAD – UEA.

Manaus, 12 de maio de 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
Ricardo Tavares Albuquerque

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenador do Programa de Monitoria da Escola de Direito

ANEXO I – CRONOGRAMA

ORDEM	ATIVIDADE	DATA
1	Divulgação do Edital para seleção de vagas de Monitoria para o semestre de 2025/2.	12/05/2025
2	Período de inscrição via *Google Forms*.	12/05/2025 a 15/05/2025
3	Divulgação do resultado parcial das inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS.	16/05/2025
4	Período para recurso das inscrições.	16/05/2025 a 18/05/2025
5	Divulgação do resultado final das inscrições deferidas.	19/05/2025
6	**PROVA DE MONITORIA 2025/2**	**26/05/2025**
7	Divulgação do resultado parcial da prova.	28/05/2025
8	Período para recurso da prova.	28/05/2025 a 30/05/2025
9	Período para análise do recurso da prova.	30/05/2025 a 03/06/2025
10	**DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA.**	**04/06/2025**
11	Preenchimento dos documentos de adesão e envio da documentação para monitoria_ed@uea.edu.b e upload dos documentos e cadastramento das disciplinas no SISPROJ NOVO (envio para o e-mail da monitoria é apenas para arquivo e a validação é apenas com o cadastro no SISPROJ).	04/06/2025 a 15/07/2025
12	Início das atividades de Monitoria.	04/08/2025
13	Encerramento das atividades de Monitoria.	09/12/2025
14	Encaminhamento do Relatório e Avaliação Semestral das atividades do aluno-monitor.	Após o término das atividades
15	Período de solicitação de Certificado de Monitoria à PROGRAD através do monitoria@uea.edu.br	Após a entrega dos relatórios e avaliações semestrais.

ANEXO II – LISTA DE DISCIPLINAS

2º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
	Bioética	1(VESP)	1 (VESP)

2º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0201	Ética Profissional	1	1
ED0202	Introdução ao Estudo do Direito II	1	1
ED0203	Direito Constitucional I	2 (1 VESP/1 NOT)	1
ED0204	Direito Civil I	1	0
ED0205	Direito Internacional Público	1	1
ED0206	Psicologia Geral e Jurídica	2 (1 VESP/1 NOT)	0

4º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0401	Direito Administrativo I	1	1
ED0402	Direito Constitucional III	1	1
ED0403	Direito Civil III	1	0
ED0405	Direito Penal II	2 (1 VESP/1 NOT)	0
ED0406	Direito Processual Civil I	1	1

6º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0601	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)	1	0
ED0602	Prática Jurídica Simulada	1	1
ED0603	Direito Administrativo III	1	1
ED0604	Direito Trabalho I	1	0
ED0605	Direito Processual Civil III	1	1
ED0606	Direito Processual Penal II	1	1
ED0607	Direito Penal IV	1	1
8º PERÍODO – GRADE 2015			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO0816	Direito Civil VI (Família)	1	1
ESO0817	Direito Empresarial II	1	1
ESO0913	Direito do Consumidor	1	1
ESO1015	Direito Tributário II	1	1
ESO0818	Direito Processual do Trabalho	1	1
10º PERÍODO – GRADE 2015			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	1	1
ESO1027	Direito Processual Constitucional	1	0
ESO1031	Direito Ambiental II	1	1
Exceto discentes finalistas***			
TOTAL DE MONITORES		QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
		30	20

ANEXO III – EMENTÁRIO

GRADE 2015

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0816	Direito Civil VI (Família)	60	0	0	60	4.4.0	ESO0667

EMENTA

Noções introdutórias. Família. Casamento e sociedade conjugal. Habilitação para o casamento; impedimentos matrimoniais. Celebração do casamento. Casamento nulo, anulável e inexistente. Casamento putativo. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Bem de família. Direito parental. Relações de parentesco. Filiação. Paternidade presumida. Alimentos. Direito Protetivo. Lei n.º 11.340/2006.

OBJETIVOS

Conhecimento e aplicação do direito de família.
Apresentar as bases normativas do Direito de Família brasileiro.
Estudar os institutos do Direito de Família, as formas de constituição das famílias, seus efeitos jurídicos e sua dissolução, a filiação, as relações de parentesco e os alimentos.
Enfrentar os novos temas do Direito de Família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. 7.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015.
GAGLIANO. Pablo. Stolze. PAMPLONA FILHO. Pablo. Novo Curso de Direito Civil – Direito de Família, as famílias em perspectiva constitucional. Vol. 6. 5.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. Vol. VI São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Civil. Direito de Família e Sucessões. Vol. 5. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.
DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
VENOSA, Sílvio de Sávio. Direito Civil: Direito de Família. Vol. VI. 15.ª ed. São Paulo: Atlas. 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0817	Direito Empresarial II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0535

EMENTA

Teoria geral dos contratos empresariais; Obrigações e Contratos Mercantis. Contratos Economicamente Autônomos. Contratos de Intermediação. Compra e venda empresarial; Contratos de Garantia; alienação fiduciária; *leasing* contratos de colaboração; contratos bancários; contratos intelectuais; contratos de seguro. Outros contratos. Contratos de Mercado de Capitais. Bolsa de Valores. Bolsa de Mercadorias. Contratos civis e contratos comerciais. Teoria geral do título de crédito. Institutos cambiários: emissão, aceite, endosso, protesto, aval. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Cédula de Crédito Bancário. Conhecimento de depósito e conhecimento de transporte. Títulos de Crédito Industrial e Rural. O Serviço de Proteção ao Crédito no Amazonas.

OBJETIVOS

Trabalhar os conceitos em obrigações, contratos e títulos empresariais, a fim de que o aluno de direito saiba interpretar a legislação e os institutos jurídicos vinculados às relações jurídicas contratuais e a natureza jurídica que disciplina a correlação entre os direitos de crédito e os deveres da obrigação creditícia.
Conciliar a teoria geral dos contratos aos contratos do regime jurídico empresarial. Trabalhar os institutos, requisitos de validade e demais circunstâncias jurídicas dos contratos empresariais em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FORGIONI, Paula. Teoria Geral dos Contratos Empresariais. 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva. 2015.
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 5ª ed. São Paulo: Método. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSSIGNOLI, Estefânia. Direito Empresarial. Salvador: Editora Juspodivm, 2012.
SHARP JUNIOR, Ronald. Direito Comercial e de Empresa Sistematizado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
GOMES, Fábio Belote. Manual de Direito Empresarial. 3ª Ed. São Paulo: RT,2014.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0913	Direito do Consumidor	30	0	0	30	2.2.0	ESO0436

EMENTA

Direitos Básicos do Consumidor. Política Nacional de Defesa do Consumidor. Princípios aplicáveis. Conceito jurídico de hipossuficiência. Relação jurídica consumerista. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas e infrações penais. Defesa do Consumidor em Juízo.

OBJETIVOS

Conhecimento do Direito do Consumidor, bem como sua aplicação prática. Permitir que o aluno aprenda os contornos com direitos coletivos. Capacitá-lo a utilizar os instrumentos de defesa do consumidor. Apontar os problemas mais correntes no Direito do Consumidor com a utilização de jurisprudência atualizada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIZZATTO, Nunes. Curso de Direito do Consumidor. 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de Direito do Consumidor - À luz da jurisprudência do STJ - 10ª ed. Salvador: Editora Juspodivm. 2015.
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. 4ª Ed. Editora: Método. São Paulo. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Marcelo Kokke. Responsabilidade civil: dano e defesa do consumidor. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
KHOURI, Paulo R. Roque . Direito do Consumidor - Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor. 2ª Ed. São Paulo: Atlas. 2013.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor - 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1015	Direito Tributário II	60	0	0	60	4.4.0	ESO0925

EMENTA

O antecedente normativo da regra matriz de incidência tributária. O consequente normativo da regra matriz de incidência tributária. Crédito tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção da obrigação tributária. Exclusão do crédito tributário. Interpretação e integração da lei tributária. Vigência e aplicação da lei tributária. Infrações em matéria tributária. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração Tributária.

OBJETIVOS

Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, enfatizando, neste segundo módulo, o estudo da Lei tributária, em especial: a obrigação tributária, pela perspectiva de sua regra matriz e respectivos antecedente e consequente, a importância do lançamento tributário, bem como o exame de sua natureza; o estudo do crédito tributário, hipóteses de suspensão e extinção do crédito tributário; por fim, temas de interpretação e aplicação da lei tributária, inclusive, as questões relacionadas à sua validade, vigência e eficácia; as infrações tributárias e, por último, as garantias e privilégios do crédito tributário.
Propiciar o entendimento da estrutura normativa da lei legislação tributária.
Fixar a compreensão do fato gerador da obrigação tributária, especialmente pela perspectiva da regra matriz de incidência.
Analisar o fenômeno da incidência tributária, o surgimento da obrigação tributária, do crédito tributário, sua extinção e suspensão de sua exigibilidade.
Propiciar pressupostos metodológicos e conceituais básicos para a interpretação e aplicação da lei e da legislação tributária, inclusive no tocante à sua validade, vigência e eficácia.
Introduzir noções elementares acerca das infrações ao direito tributário e sobre as garantias e privilégios do crédito tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 26ª Edição São Paulo: Saraiva. 2014.
SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2015.
TORRES. Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado, Editora Método. Edição 8ª, 2014.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Elementos do Direito: Direito Tributário. São Paulo: Premier Máxima, 2013.
ALEXANDRINO, Marcelo e, PAULO, Vicente. Direito Tributário na Constituição e no STF. Rio de Janeiro, Impetus, 2010.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO0818	Direito Processual do Trabalho	60	0	0	60	4.4.0	ESO0720

EMENTA

Jurisdição, ação e procedimento trabalhista. Organização e competência da Justiça do Trabalho; Atos, partes e procuradores; Procedimentos nos dissídios individuais e coletivos; Sentença, recursos e execução. A influência do direito processual comum. Medidas de urgência, cautelares e especiais.

OBJETIVOS

Examinar as fases processuais para a realização dos direitos trabalhistas individuais e coletivos. Examinar a organização e a competência da Justiça do Trabalho, bem como a prática dos atos processuais durante as fases de conciliação, instrução, julgamento e recursal. Examinar o direito processual aplicável às questões coletivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRO JR, José. Curso de Direito Processual do Trabalho. Salvador: JusPodivm, 2015.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2012.
CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo: Editora LTR, 2012.
SARAIVA. Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Método, 2015.
SHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho.São Paulo: LTr, 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	30	0	0	30	2.2.0	ESO0816

EMENTA

Histórico da proteção da infanto-juvenil. A criança e o adolescente na Constituição Federal e na legislação civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Família Substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Garantias processuais. Prática de ato infracional. Medidas de proteção. Medidas socioeducativas. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis. Erradicação do trabalho infantil. Conselhos de Direitos. Fundo da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Justiça da Criança e Juventude. Ministério Público no E.C.A.

OBJETIVOS

Apresentar didaticamente a distinção entre criança e adolescente e seus direitos fundamentais.
Levar ao discente uma visão conjunta das normas disciplinadoras do direito infanto-juvenil, da guarda, da tutela e da adoção em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil.
Estudar a criança e o adolescente como sujeitos de direito.
Proporcionar aos discentes uma abordagem da situação dos menores infratores, as medidas socioeducativas, o trabalho do menor, a sua erradicação e as medidas preventivas possíveis.
Apresentar o trabalho do Conselho Tutelar e da justiça da infância e da juventude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente teoria e prática. São Paulo: Ed. Premier Máxima. 2010.
DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara e OLIVEIRA, Thales Cezar de. Estatuto da Criança e do Adolescente. Série Leituras Jurídicas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MACIEL. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, Munir (Coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente. Revista e Atualizada. São Paulo: Malheiros. 2010.
ELIAS, Roberto João. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2014.
FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. 7.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO01027	Direito Processual Constitucional	60	0	0	60	4.4.0	ESO0354

EMENTA

Princípios constitucionais do processo: devido processo legal; ampla defesa; contraditório; duplo grau de jurisdição; acesso à justiça; efetividade da justiça; garantias processuais penais específicas. Ações constitucionais: mandado de segurança, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, ação civil pública; ação popular. Controle de constitucionalidade. Controle difuso. Controle concentrado. Ações do controle da constitucionalidade. Eficácia e efeitos das decisões em controle de constitucionalidade. Reclamação constitucional. Súmulas.

OBJETIVOS

Estudar o processo constitucional e as ações constitucionais existentes no ordenamento jurídico.
Compreender a jurisdição constitucional em seus aspectos teóricos e procedimentais.
Analisar o sistema jurídico processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO. Luiz Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6.ª ed São Paulo: Saraiva. 2012.
DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais. 3ª Ed. São Paulo: Atlas. 2014
MENDES. Gilmar Ferreira; BRANCO. Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional.9ª São Paulo: Saraiva. Ed. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva. 39ª ed. 2013.
MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional 6ºed. São Paulo: Saraiva, 2014.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo.38º ed. São Paulo: Malheiros.2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1031	Direito Ambiental II	30	0	0	30	2.2.0	ESO0932

EMENTA

Pontuações históricas da responsabilidade civil; Responsabilidade objetiva; Fundamentos constitucionais da responsabilidade ambiental; Responsabilidade civil ambiental no Brasil; Dano ambiental, e sua reparação-titular da pretensão à reparação, imputabilidade e valoração do dano; a reparabilidade do dano ambiental; instrumentos de defesa (preservação e reparação) do meio ambiente; Ação civil pública ambiental; Ação Popular Ambiental. Análise de casos; análise jurisprudencial.

OBJETIVOS

Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de que possam compreender a problemática da responsabilidade civil ambiental aí incluído a prevenção e a reparação do dano ambiental tanto na esfera civil como administrativa para garantia da sadia qualidade de vida pela defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
Trabalhar conceitos de responsabilidade civil e administrativa ambientais e por necessário o dano ambiental e seus consectários;
Trabalhar a legislação e a jurisprudência ambiental em especial a ação civil pública e a ação popular como instrumento de defesa do meio ambiente e a qualidade de vida nas urbes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental - do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2003.
MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação Civil Pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
STEIGLEDER, Annalise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental: as dimensões do Dano Ambiental no Direito Brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEMOS, Patrícia Faga Iglesias. Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
LENZA, Pedro. Teoria Geral da Ação Civil Pública. 2. ed. Ver. Atual e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
MACHADO, Jeane da Silva. A solidariedade na Responsabilidade Civil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed Lumens Juris, 2006.

GRADE 2023

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0201	Ética Profissional	60	0	0	60	4.4.0	-

EMENTA

Regras deontológicas fundamentais. A ética profissional e as carreiras jurídicas: o advogado, o juiz e o ministério público. Relação dos operadores do direito com a sociedade. A Ordem dos Advogados do Brasil. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética e Disciplina. Código de ética da magistratura nacional. Ética e compliance. Análise prática de casos. Julgamento simulado do tribunal de ética e Disciplina da OAB.

OBJETIVOS

Formar profissionais com conhecimento e postura ética, capazes de preservar a dignidade humana, a liberdade, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos de cidadania.

Estudar os princípios éticos norteadores do comportamento dos profissionais do direito, sob o ponto de vista dos valores constitucionais e a realidade;

Analisar as punições a que estão sujeitos os profissionais do direito que transgridem as normas e comportamento ético-profissional;

Ser capaz de expressar os conhecimentos adquiridos, através de atitudes e postura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional.12.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 14ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 14.ª ed. São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2020..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Estatuto da Advocacia e da OAB: lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, incluindo alterações da Lei n.º 14.365 de 2 de junho de 2022.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Ética negocial e compliance: entre a educação executiva e a interpretação judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SOUZA, Marcus Seixas. Ética e inteligência artificial no poder judiciário: comentários à resolução No 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Civil Procedure Review, v. 13, n. 3, 2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0202	Introdução ao Estudo do Direito II	60	0	0	60	4.4.0	ED0101

EMENTA

TEORIA DA NORMA JURÍDICA. TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. METODOLOGIA E SISTEMA DO DIREITO

OBJETIVOS

Aprofundar o aprendizado na teoria do Direito dando ênfase a autores internacionais que são referência na ciência jurídica ocidental

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

Teoria do ordenamento jurídico. 10.ed. Brasília: Editora UNB, 1999.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado, 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. Conceito e validade do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ENGISH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008.

HART, Herbert. O Conceito de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

_____ Teoria Pura do Direito, 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0203	Direito Constitucional I	60	0	0	60	4.4.0	ED0107

EMENTA

Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: princípios, denominações, classificações, características, eficácia e aplicabilidade, hermenêutica. Os movimentos constitucionalistas. Os direitos fundamentais nas constituições brasileiras de 1824 a 1969. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais. Direito à vida, direito à igualdade, direito à liberdade, direito à privacidade, direito à propriedade, direito à segurança, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos. Garantias individuais e coletivas na Constituição Federal de 1988: Garantias processuais e remédios constitucionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Estudar a origem e a evolução político-constitucional dos direitos e garantias fundamentais, para compreender o alcance e o significado jurídico da conquista destes direitos e garantias, assegurados, atualmente, nas constituições.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar os elementos da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, buscando a compreensão do conceito desta categoria jurídica; Analisar a evolução da proteção de direitos e garantias fundamentais, a partir da sua característica de historicidade, na origem dos movimentos constitucionalistas e nas constituições brasileiras anteriores à Carta de 1.988; Examinar os fundamentos jurídicos da proteção dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1.988, enfocando seu Título II; Avaliar a concretização e a realização das normas constitucionais de proteção dos direitos e garantias fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 10. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.

CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Helton Lobo. Constituições do Brasil. S. Paulo: Atlas, 1.999.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2.017.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas. 38ª ed. 2022.

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 18ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0204	Direito Civil I (até pj)	30	0	0	30	2.2.0	ED0101

EMENTA

Introdução ao direito civil: história, codificação e constitucionalização. Relação jurídica. Pessoa Natural: personalidade jurídica, capacidade jurídica, nascimento, morte e ausência. Direitos da Personalidade. Pessoa jurídica. Entes despersonalizados. Associação e fundação.

OBJETIVOS

Geral: Introduzir os alunos no estudo da Teoria Geral do Direito Civil. **Específicos:** Contextualizar o passado e contemporaneidade no estudo do direito privado. Compreender as relações jurídicas e os sujeitos de direito. Desenvolver um conhecimento crítico sobre os direitos da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 21.ª ed., São Paulo: Juspodivm, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1, 20.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2022.

VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 22.ª ed., São Paulo: Atlas, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DA SILVA, Caio Mário Pereira. Instituições de Direito Civil: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1, 33.ª ed., São Paulo: Forense, 2020.

GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil.

LOBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 12.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 14.ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

WALD, Arnoldo; PAESANI, Liliana Minardi; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W. Direito Civil: introdução e parte geral. Vol. 1, 14.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0205	Direito Internacional Público	60	0	0	60	4.4.0	ED0107

EMENTA

Noções preliminares, princípios, formação histórica, fundamentos, validade, sujeitos, fontes, direito dos tratados, tratados de direitos humanos na Constituição Federal de 1988. O Estado como sujeito do direito internacional, responsabilidade internacional do Estado, direito das relações diplomáticas e consulares. O regime jurídico internacional do território do Estado e das áreas de domínio público internacional. As Organizações Internacionais. A solução pacífica de controvérsias e a guerra no Direito Internacional.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Apresentar ao discente de graduação os fundamentos para o estudo do Direito Internacional contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar o desenvolvimento histórico do Direito Internacional da Antiguidade aos dias atuais, visando compreender os seus fundamentos e as suas diversas dimensões de validade; Examinar as fontes do Direito Internacional, partido do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça acrescido das fontes contemporâneas que regulam a disciplina; Conhecer os atuais sujeitos do Direito Internacional, iniciando a análise pelo Estado/ Examinar o Direito Diplomático e Consular com enfoque no Direito brasileiro; Refletir acerca das normas internacionais que regulamentam o território do Estado e o domínio público internacional.

Conhecer o fenômeno das organizações internacionais, sua teoria geral e classificação, bem como estudar a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos; Analisar os meios pacíficos de soluções de controvérsias internacionais e o regime jurídico da guerra no direito internacional contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do. CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2.019.

BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito Internacional Público: o Estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 2.000.

VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2.003.

História do Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 1.988.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito dos Tratados. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das Organizações Internacionais. 6. ed. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2016.

SICARI, Vincenzo Rocco. O Direito das Relações Diplomáticas. Belo Horizonte: Del Rey, 2.007. (Coleção Para Entender).

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0206	Psicologia Geral e Jurídica	30	0	0	30	2.2.0	-

EMENTA

Introdução à psicologia geral. Abordagens psicológicas. Temas e variações. A psicologia e a lei, responsabilidade criminal, testemunha pericial, psicologia e direito civil, imperícia, psicologia infantil e a lei, ética e psicologia, perícias psicológicas, metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes, práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos, intervenções do psicólogo no sistema judiciário, penal e forense, estudo da personalidade e seus desvios, temperamento e caráter, conceito de saúde psicológica, causas da psicopatologia, oligofrenia: importância jurídica. Psicoses orgânicas e funcionais: importância jurídica. Psiconeuroses: conceitos e tipos. Psicopatias e suas implicações na esfera jurídica, incapacidade de entendimento e determinação, exame criminológico e de cessação de periculosidade.

OBJETIVOS

Instrumentalizar o aluno para que possa realizar uma crítica jurídico-psicológica em relação ao papel do direito e sua inserção social, na compreensão do comportamento humano e dos processos cognitivos, conscientes e inconscientes subjacentes a tais comportamentos.

Possibilitar ao aluno, cientificamente, conhecer a psicologia geral e a prática da psicologia jurídica, enquanto ciência interdisciplinar, e sua aplicação junto aos órgãos da infância e da juventude (ECA), aos litígios ligados à parte geral do direito civil, ao direito de família, ao direito penal e processual penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SERAFIM, Antonio de Pádua & SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses. Barueri/SP: Manole, 2018.

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito. 9ª. Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2020.

WEITEN. Wayne. Introdução à Psicologia: Temas e Variações. São Paulo: Pioneira-Thomson. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FIORELLI, José Osmir. MANGANI, Cathya Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2021. GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2014. LOPEZ, Emilio Mira. Manual de Psicologia Jurídica. Campinas/SP: Servanda, 2015. MORRIS, Charles G. MAISTO Albert A. Introdução à Psicologia. 6ª edição. SãoPaulo: Pearson, 2014. MYERS, David G. Psicologia Social. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0401	Direito Administrativo I	60	0	0	60	4.4.0	ED0203

EMENTA

Teoria Geral do Direito Administrativo: Noção e objeto. Regime Jurídico Administrativo. Administração Pública. Poderes Administrativos.

OBJETIVOS

GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade.

ESPECÍFICOS - (I) Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica;
Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade.

(II) Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos.

(III) Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado;

(IV) Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Atlas, 2022.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Malheiros. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022.
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022.
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020.
NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas. 2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0402	Direito Constitucional III	60	0	0	60	4.4.0	ED0301

EMENTA

Sistema Constitucional Tributário e Orçamentário: princípios gerais, limitações ao poder de tributar, espécies de tributos e repartição das receitas tributárias. Finanças Públicas. Tributação e Orçamento. A Ordem Econômica e Financeira. A Ordem Social.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Estudar os Títulos VI a VIII do texto constitucional brasileiro os quais abrangem Estado e das instituições democráticas, a divisão do poder de tributar, a formação do orçamento público, bem como as disposições sobre a ordem econômico-financeira e social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar, a partir do texto constitucional, o poder de tributar do Estado e a conformação do sistema constitucional tributário e orçamentário; Compreender os aspectos constitucionais da Ordem Econômica e Financeira; Estudar os componentes constitucionais da Ordem Social; Interpretar criticamente as normas constitucionais referentes às temáticas dos Títulos VI a VIII em estudo; Examinar a aplicação dos dispositivos constitucionais em apreço através da leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente à temática abrangida pelos títulos VI a VIII da Constituição Federal de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAU, Eros Roberto. Ordem Econômica na Constituição de 1.988. 20. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.023.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional 17. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38. ed. S. Paulo: Atlas, 2.022.

NOVELINO, Marcelo. Curso Direito Constitucional. 18. ed. S. Paulo: JusPodivm, 2.023.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 20. ed. S. Paulo: Saraiva: 2.022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0403	Direito Civil III (Obrigações)	60	0	0	60	4.4.0	ED0302

EMENTA

Direito das Obrigações: Origens e transformações. Conceito. Requisitos. Relações obrigacionais. Função e estrutura. Fontes obrigacionais. Obrigações civis e naturais. Modalidade das obrigações: Obrigações de dar, fazer, não fazer, solidárias, indivisíveis e alternativas. Elementos. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Cláusulas de garantia, de limitação e de exclusão da responsabilidade. Cláusula Penal. Arras. Extinção das obrigações.

OBJETIVOS

Situar o aluno num contexto de obrigações dentro de uma sociedade e compreender os diversos tipos de relações obrigacionais; estabelecer a gênese das obrigações, suas modalidades e consequências; desenvolver habilidades essenciais para uma verdadeira formação profissional do Bacharel em Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. Vol. 2. 17.ª Ed. Salvador: Juspodivm. 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 20.ª ed.São Paulo: Saraiva. 2023.

VENOSA. Sílvio de Salvo. Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. 22 ed. São Paulo: Atlas. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 37ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.

GAGLIANO. Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO. Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Obrigações. Vol. 2. 23.ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.

WALD, Arnoldo. Direito Civil – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. vol. 2. 21ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

GOMES, Orlando. Obrigações. 19ª ed. São Paulo: Forense. 2019

TARTUCE, Flavio. Direito Civil - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. 18ª ed. São Paulo: Forense. 2023

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0405	Direito Penal II	60	0	0	60	4.4.0	ED0303

EMENTA

Teoria da Sanção Penal. Das Penas. Do Concurso de Crimes. Do Livramento Condicional e da Suspensão Condicional da Pena e do Processo Penal. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Das Causas Extintivas da Punibilidade.

OBJETIVOS

Habilitar o estudante para aplicação dos conceitos à práxis, bem como proporcionar embasamento teórico que o insira no contexto científico, pois será o estudante capaz de questionar a função da pena e do direito penal no Estado Democrático de Direito, bem como fazer uma análise comparativa com outras culturas.

Abordar os aspectos da sanção enquanto conduta devida em caso da ocorrência criminosa, os efeitos secundários da condenação, a medida de segurança e sua natureza diversa da sanção criminal;

Analisar os institutos do livramento condicional, do sursis e da suspensão condicional do processo e as causas extintivas da punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal 1, parte geral. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. vol. 1. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal, tomo I. vol. I. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012

BETTIOL, Rodolfo. BETTIOL, Giuseppe. Instituições de Direito e Processual Penal. 1ª ed. São Paulo: Pillares. 2008.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. COSTA JR., Paulo Jose da. Direito Penal na Constituição.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 1ª ed. Editora Lafonte. 2022

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: parte geral. 10ª ed. Tirant. 2022

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0406	Direito Processual Civil I	60	0	0	60	4.4.0	ED0305

EMENTA

Normas Processuais Civis. Normas Fundamentais Jurisdição e Ação; Competência Interna e Cooperação Nacional; Partes e Procuradores. Capacidade Processual. Deveres das Partes e Procuradores; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiros; Juiz e Auxiliares da Justiça; Poderes e Deveres; Auxiliares da Justiça; Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública. Dos Atos Processuais; Formação, Suspensão e Extinção do Processo; Processo e Procedimento; Tutela Provisória. Tutela de Urgência. Tutela de Evidência.

OBJETIVOS

A. GERAL: Proporcionar a capacidade de sistematizar o processo de forma complexa, especialmente a partir dos princípios – entendidos aqui não como recursos supletivos da ausência de lei, mas como fundamentação do direito. A dinâmica do processo se efetiva em diversos planos: sujeitos do processo, atos do processo, procedimento.

B. ESPECÍFICOS: Permitir ao aluno um raciocínio crítico sobre a vinculação essencial entre o processo e a própria essência do direito, não só a partir do estudo de textos legais, mas mesmo a partir da prática, estudo da jurisprudência, obras literárias correlatas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9º edição, capa dura, 2023.

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

DIDIER JUNIOR, Fredie. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO. De acordo com as decisões dos tribunais superiores de 2022 e com os novos enunciados aprovados no FPPC de 2022. Salvador: Juspodvim. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022.

DONIZETTI, Elpídio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023

MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0601	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)	30	0	0	30	2.2.0	ED0503

EMENTA

Noções gerais. Evolução histórica. Responsabilidade Aquiliana e Contratual. Responsabilidade Subjetiva. Dano. Culpa. Nexo de causalidade. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Responsabilidade civil por fato das coisas. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado. Responsabilidade Profissional. Responsabilidade por fato ilícito. Teoria da transparência. Responsabilidade objetiva. A teoria do risco. Responsabilidade Civil na Relação de Consumo. Responsabilidade civil do Estado. Atos administrativos, judiciais e legislativos. Liquidação do dano e ação de indenização. Ônus da prova. Dano patrimonial e dano moral. Sujeito ativo e sujeito passivo da responsabilidade civil. Solidariedade ativa. Transmissibilidade de ação. Solidariedade passiva. Transmissibilidade da obrigação de indenizar. Direito de regresso. Efeitos da decisão criminal sobre a ação indenizatória no juízo cível. Garantias da indenização.

OBJETIVOS

Conhecer e aplicar a teoria da responsabilidade civil, extracontratual e contratual civil e dos direitos decorrentes de danos; Construir uma visão mais atual, mais complexa da responsabilidade civil; Desenvolver o conhecimento das teorias que fundamentam o dever de indenizar e de como aplicá-las ao caso concreto; Integrar a teoria da Responsabilidade Civil à prática de sua efetivação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil Vol. 3. 10.ª Ed. Salvador: Juspodivm. 2023

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Responsabilidade Civil. Volume IV. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando. Responsabilidade Civil. 1ª ed. São Paulo: Forense. 2011

MELO, Marco Aurelio Bezerra de. Direito Civil - Responsabilidade Civil. 3ª ed. São Paulo: Forense. 2019

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 13ª Ed. Saraiva. 2022.

STOCO. Rui. Tratado de Responsabilidade Civil - 9ª Ed. Editora RT. 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Volume 4. 10ª ed. São Paulo: Saraiva. 2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0602	Prática Jurídica Simulada	30	30	0	60	3.2.1	ED0305

EMENTA

Linguagem Forense. Redação Jurídica e Oficial. Procedimento administrativo. Elaboração de Contratos Civis e Empresariais. Elaboração de Instrumento de Procuração e Substabelecimento, Petição inicial, Contestação, Réplica e Recursos Judiciais. Elaboração de Comunicações Oficiais. Visita Técnica aos Tribunais e delegacias. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Operadores do Direito. Remédios Constitucionais.

OBJETIVOS

Introduzir o aluno na prática forense ensinando-o a elaborar contratos, instrumentos de procuração e substabelecimento, petições, contestação, réplica, recursos e comunicações oficiais.

Proporcionar ao discente um conhecimento teórico consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida em sociedade e dinamização relacionada ao tempo para resolução dos conflitos sujeitos à apreciação do judiciário.

Contribuir para a formação de um futuro profissional cidadão, atuante na sociedade, através de pesquisas bibliográficas e observacionais. Discutir a teoria diante da prática executada no Brasil e promover questionamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE FARIAS, Chaves Cristiano. Direito de Família na Prática. 2ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luis. Manual de prática civil. 17ª.ed. São Paulo: Método, 2022.

BERTOLO, José Gilmar. Prática processual civil anotada. 9ª ed. São Paulo: Memória Forense. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR. Marco Antonio; Prática Civil: coleção Prática forense. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.

FEIGELSON, Bruno. O advogado do Amanhã. 1.ª ed. São Paulo: RT, 2019.

GUILAUMON, Talita Hae Sun Brandini Park; PARK. Thais Hae, Dicionário Jurídico. Edição Comemorativa. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2022.

DA LUZ, Valdemar P. 34ª ed, São Paulo: Manole. 2022.

SARLET, Ingo. Processo Constitucional. 2ª ed. RT: Atlas. 2021

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0603	Direito Administrativo III	60	0	0	60	4.4.0	ED0504

EMENTA

Licitações e Contratos Administrativos. Lei n. 14.133/2021. Licitação. Modalidades, Tipos, Modos de Execução. Inovações, Características e Procedimentos licitatórios. Contrato Administrativo. Extinção do Contrato Administrativo.

OBJETIVOS

GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade.

ESPECÍFICOS - (I) Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica; Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade.; (II) Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; (III) Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado; (IV) Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15 ed. Ed. RT. 2021.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3 ed. Ed.: Forense. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020.

NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas.2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0604	Direito do Trabalho I	60	0	0	60	4.4.0	ED0503

EMENTA

Histórico do trabalho humano. História internacional e Nacional do Direito do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Teoria Geral do Direito do Trabalho: denominação, autonomia, interpretação, princípios, fontes, hierarquia e aplicação do direito do trabalho. Regras imperativas e flexibilização. Renúncia e transação no direito do trabalho. O trabalho humano, seus vários formatos e a tutela legal. O trabalho humano e a Constituição da República Federativa do Brasil. Rural, Doméstico, Avulso, Mãe Social, Eventual, Cooperado, Aprendiz, Estagiário, Voluntário, Atleta. Trabalho Infantil. Prescrição e Decadência no direito do trabalho.

OBJETIVOS

Geral: Apresentar aos alunos a ideia do Direito do Trabalho, a partir de um enfoque histórico do trabalho na modernidade, para em seguida ensejar a apreciação histórica do próprio Direito do Trabalho, em termos gerais e especificamente em relação ao Estado Brasileiro.

Específicos: a) Projetar o Direito do Trabalho como fenômeno decisório no contexto sócio - laboral, destacando-o, de um lado, como instrumento de promoção de equilíbrio entre as forças do capital e do trabalho e, do outro, como um conjunto de normas disciplinadoras da relação jurídica do trabalho;

b) Analisar o problema terminológico da disciplina, seus princípios fundamentais, seus conceitos em função de seus fins;

c) Transmitir ao acadêmico de direito, uma visão global não só quanto às formas de trabalho, como também à reorganização e flexibilização do mercado do trabalho, globalização e integração econômica;

d) Estudar o papel do Direito do Trabalho em referência ao trabalho assalariado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr, 2005.

CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. São Paulo: Editora Método, 2022.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Curso Crítico de Direito do Trabalho: Teoria Geral do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA LEITE, CARLOS HENRIQUE. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho.São Paulo: LTr, 2020.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva. 2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0605	Direito Processual Civil III	60	0	0	60	4.4.0	ED0507

EMENTA

1. Ordem dos Processos nos Tribunais- Parte geral (art. 926 a 932) 2. Ordem dos Processos e Competência Originária (arts. 933 a 946); 3. Incidente de Assunção de Competência e Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. (Arts. 947 a 950); 4. Conflito de Competência, homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de Exequatur em Carta Rogatória (Arts. 951 a 965); 5. Ação Rescisória; 6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; 7. Reclamação; 8. Recursos, teoria geral; 9. Parte geral dos recursos; 10. Recursos em espécie, Apelação: 11. Agravo de Instrumento; 12. Agravo Interno: 13. Embargos de Declaração: 14. Recurso Ordinário Constitucional; 15. Recurso Especial e Recurso Extraordinário; 16. Recurso Especial Repetitivo e Recurso Extraordinário Repetitivo; 17. Agravo em Resp e Rext: 18. Embargos de Divergência. Ementa corresponde aos Artigos 926 a 993 (Processos nos Tribunais) e Arts. 994 a 1044 (Recursos).

OBJETIVOS

Desenvolver o estudo da fase recursal e de como ocorre o julgamento dos processos nos tribunais, de acordo com as Disposições do Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Desvendar as formas de impugnação das decisões judiciais, primeiro analisando os recursos em suas disposições gerais bem como os recursos em espécie, pela sistemática do Código de Processo. Em seguida, efetuar o estudo e compreensão da sessão do código relativa ao processo nos tribunais, especialmente da ordem dos processos e competência originária, além do estudo dos institutos jurídicos de incidente de assunção e conflito de competência, da ação rescisória e arguição de inconstitucionalidade. Deverá o discente entender a sistemática do Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9º edição, capa dura, 2023.

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 3) Capa dura. 24 ed. Vol. III. Salvador: Juspodvim. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022. DONIZETTI, Elpídio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023 MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021. WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0606	Direito Processual Penal II	60	0	0	60	4.4.0	ED0506

EMENTA

Sujeitos da Relação Processual. Atos Processuais. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória. Citação e Intimação. Sentença. Procedimentos Comum e Especiais. Tribunal do Júri. Nulidades. Recursos em Geral. Ações autônomas de Impugnação.

OBJETIVOS

Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação.

Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos.

Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos.

Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Renato Brasileiro de. Curso de Processo Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo; Saraiva jur, 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Editora: Forense, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVENA, Norberto. Processo Penal. São Paulo: Método, 2022.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

CAMPOS. Walfredo Cunha. Tribunal do Júri: Teoria e prática. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo. Editora Mizuno, 2022.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal; São Paulo; Atlas, 2022.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo Atlas; 2022.

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0607	Direito Penal IV	60	0	0	60	4.4.0	ED0505

EMENTA

Crimes Hediondos. Lei de Transplante de órgãos. Lei de Drogas. Tortura. Arma de Fogo. contravenções penais. Crime de trânsito. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha.

OBJETIVOS

Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito e como agente transformador da realidade.

Introduzir o estudante à ciência do direito penal, e seus principais conceitos, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais.

Capacitar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado).

Abordar a legislação Especial que envolve todo o contexto penal na literatura e prática dos tribunais brasileiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. vol. 1 e 2. São Paulo: Forense. 2021.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação Penal Especial. 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023.

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. SOUZA, Renee do Ó. Leis Penais Especiais. 6ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Legislação Criminal Especial. 11ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023

BIANCHINI, Alice. BAZZO, Mariana. CHAKIAN, Silvia. Crimes contra Mulheres. 5ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023

JORGE, Higor Vinicius Nogueira. JUNIOR, Joaquim Leitão. GARCEZ, William. Legislação Criminal Especial Comentada. 1ª ed. Salvador: Juspodivm. 2021

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação Penal Especial. 15ª ed. São Paulo: Saraiva. 2021.

COSTA, Klaus Negri. ARAÚJO, Fábio Roque. TÁVORA, Nestor. Curso de Legislação Criminal Especial. 1ª ed. Salvador: Juspodivm. 2022

OPITATIVA

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0009	Bioética	30	0	0	30	2.2.0	Não-há

EMENTA

Biodireito, fontes imediatas (bioética e biogenética). O macrobiodireito e o microbiodireito. Aspectos legais da Bioética. Aborto, esterilização humana artificial, AIDS e as relações com o Direito, transplante de órgãos e tecidos humanos. Transexualismo. Tanatologia, eutanásia e pena de morte. Experimentação com seres humanos, engenharia genética, clonagem, manipulação genética e seus limites, reprodução assistida; nanotecnologia. Constitucionalismo ecológico

OBJETIVOS

Gerais: Abordar as questões relacionadas à Bioética e preservação da vida no ámbito da criação, manutenção e extinção da vida e seus reflexos na conduta humana, na área do biodireito, meio ambiente, saúde e Direitos humanos.

Específicos: A disciplina tem por objetivo formar profissionais do direito, dotados de conhecimento, habilidade e postura ética, capazes de analisar as questões ético-sociais referentes à área da saúde e ao meio ambiente, relacionando-as à dogmática jurídica; transmitindo conhecimentos teóricos e uma práxis sobre o Biodireito, suas implicações diante da nova genética e da legislação em vigor, tendo como ponto norteador o respeito à dignidade de todas as espécies de vida, tendo como eixo norteador o texto constitucional e convenções internacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. São Paulo: Saraiva, 2021.

FERNANDEZ, Marcia Santana. Bioética, medicina e Direito de propriedade intelectual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Curso de Bioética e Biodireito. São Paulo: Atlas, 2019.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Bioética e Biodireito. 4ª Ed. São Paulo: Del Rey. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bonamigo, Élcio Luiz. Manual de Bioética Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva. 2015.

GOÉS, Maurício de Carvalho e ENGELMAMNN, Wilson. Direito das Nanotecnologias e o meio ambiente do trabalho. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2015.

GOZZO. Débora. LIGIERA. Wilson Ricardo. Bioética e Direitos Fundamentais. 1.ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

HOGEMANN. Edna Raquel Rodrigues Santos. Conflitos Bioéticos. Clonagem Humana. São Paulo: Saraiva. 2021.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira e QUAGLIA, Maria de Lourdes Albertini. Direito Internacional e Bioética Socioambiental. Belo Horizonte: Arraes, 2015

RAMOS, Ana Virginia Gabrich Fonseca Freire. Vida Humana: da manipulação à neoeugenia. Rio de Janeiro; Lúmen Juris: 2015.